

Proposta temática

Um choque de equidade, justiça e coesão territorial

Os caminhos abertos no 25 de abril têm de levar à rápida correção das desigualdades regionais. Eles têm de ser caminhos de liberdade, igualdade e justiça para todo um Povo e não só para uma capital doente já do seu próprio elefantismo.

Francisco Sá Carneiro¹

Portugal é em 2021 um país com profundos desequilíbrios territoriais. Não é igual nascer e viver numa ou noutra região. As oportunidades para cidadãos, empresas e instituições, são cada vez mais distintas em função da sua localização, e isso talvez seja um dos maiores fracassos do Portugal democrático na atualidade.

Como partido nacional e reformista por excelência, e honrando os ideais dos seus fundadores, a sua implantação e programa, o PSD tem a responsabilidade de assumir a promoção da coesão territorial como prioridade fundamental da sua atividade política, apresentando e liderando a execução de propostas necessárias para contrariar o acentuar dos desequilíbrios económicos, demográficos e sociais que vamos registando.

Podemos analisar os dados relativos à distribuição nacional do poder de compra, do rendimento médio das famílias, da dinâmica populacional, do acesso e das distâncias aos cuidados de saúde ou às estruturas de socorro, à justiça, à cultura ou a tantos outros serviços e infraestruturas públicas.

Podemos olhar até para os resultados escolares, para o acesso ao ensino superior, para o digital e para os recursos ao serviço da inovação e da competitividade, entre muitos outros indicadores.

Podemos confrontar os dados, relatórios e análises das mais diversas fontes: públicas e privadas, globais ou setoriais; portuguesas ou de organizações internacionais.

¹ Discurso no Porto, novembro de 1974, in “Francisco Sá Carneiro. Por uma social-democracia portuguesa”, Publicações Dom Quixote, 2.ª edição, 2010.

Em comum encontramos padrões espaciais que se repetem, e que se têm acentuado nas últimas décadas: uma profunda clivagem entre o Portugal urbano e rural; entre o centro e as periferias; entre o país das áreas metropolitanas e o restante território; entre a progressiva concentração de pessoas e recursos em torno da área metropolitana de Lisboa e a erosão e o esvaziamento de uma grande parte do território nacional.

Esta realidade não é exclusiva de Portugal. As diferenças entre regiões, cidades e tipologias de espaço, ocorrem um pouco por todo o mundo, a diferentes velocidades e com diferentes dinâmicas. Considerem-se, por exemplo, os vários ciclos de políticas de coesão que a União Europeia tem executado para procurar contrariar estas tendências, e que, de resto, asseguram no nosso país, a maior parte do investimento público nos territórios em perda.

A especificidade nacional que temos nesta matéria prende-se com a intensidade a que ocorre, com a transversalidade de setores em que se regista, e com o facto de, manifestamente, não termos uma estratégia capaz para contrariar um problema que a todos prejudica: uns por regressão, decréscimo e recuo económico e social; outros por excessiva concentração, saturação e bloqueio.

Acresce que grande parte do território apresenta já níveis mínimos de sustentabilidade, de massa crítica e de capacidade que permitam reverter estas tendências recessivas, conferindo um contexto de emergência ao que possamos querer implementar.

Por outro lado, Lisboa e as principais cidades têm cada vez mais exigências no que respeita à garantia da qualidade de vida urbana dos seus residentes e população flutuante. Não fará mais sentido que alguns serviços operacionais e administrativos do Ministério da Agricultura estejam em Santarém do que no centro de Lisboa? Ou que setores de operações e engenharia da CP possam localizar-se no Entroncamento? Isto apenas como exemplos do que pode ser repensado para tantas outras áreas, em linha com o que o PSD tentou recentemente com a proposta de deslocação do Tribunal Constitucional para Coimbra.

É necessário articular e combinar medidas que desconcentrem, que descentalizem, que inovem e diferenciem o papel do Estado na forma como se relaciona com cidadãos, empresas e instituições, em função da sua localização. Tratar todos por igual, neste contexto, é alimentar e perpetuar as desigualdades. De que serve tratar da mesma forma um cidadão em Lisboa e um cidadão em Mação, se as suas condições de partida, de distância, de acessibilidade, de custos, são já profundamente distintas?

Precisamos de um choque de políticas para a equidade, justiça e coesão territorial em Portugal. De um conjunto de medidas que rompam este ciclo de crescentes desequilíbrios e que descriminem intencionalmente os territórios: da área fiscal ao investimento público, da disponibilidade de equipamentos e serviços públicos à redistribuição dos meios do Estado pelo país, da própria organização política à forma e localização das tomadas de decisão.

E para o fazer precisamos de um plano concertado, estável, duradouro. As mudanças neste domínio não são compatíveis com o curto prazo, mas é imprescindível que sejam produzidas o quanto antes.

Aproxima-se um novo e exigente ciclo de financiamento europeu. E estamos perante um novo ciclo político. O PSD tem de conseguir implementar uma reforma que aproxime as oportunidades e as condições de vida, que aproxime os portugueses e que equilibre o país.

Subscrita pela Assembleia Distrital de Santarém em 29/11/2021

Autor

Jorge Salgado Simões

militante n.º 66106, secção de Torres Novas

salgado.simoes@gmail.com